



ONU

Cobertura da 9ª Sessão
da Conferência dos
Estados Partes

Especialistas discutem
o futuro anticorrupção



OCDE

WGB realiza a última
reunião do ano



ICIC

CGU conclui
a Conferência
Internacional de
Comissários de
Acesso à Informação



NOTÍCIAS DA INTRACGU

Clique nas chamadas e leia na IntraCGU

[Ouvidoria-Geral da União participa de reunião do Conselho Diretivo da RTA](#)

[Governo Federal participa de reunião da ONU sobre corrupção](#)

[Compromisso Brasileiro é um dos vencedores do "Open Government Awards 2021"](#)

[CGU conclui Conferência Internacional de Comissários de Acesso à Informação](#)

[CGU participa do lançamento do Portal de Indicadores de Integridade da OCDE](#)

[Ministro da CCU participa da II Reunião Ministerial do Programa Regional para América Latina e Caribe da OCDE](#)

[OCDE apresenta relatório sobre integridade pública em reunião do Sipef](#)



RETROSPECTIVA 2021

Confira os principais compromissos, resultados e avaliações

ARTICULAÇÃO INTERNACIONAL

ESPECIAL

9ª Sessão da Conferência dos Estados Partes da Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção (CoSP-Uncac)

A CoSP-Uncac ocorreu no período de 13 a 17 de dezembro de 2021, em Sharm El-Sheikh, Egito.

A Conferência dos Estados Partes é a principal instância decisória no âmbito da Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção. A Conferência apoia os Estados Partes na implementação da Convenção, além de fornecer diretrizes para a atuação do Escritório das Nações Unidas para Drogas e Crime (Unodc), que exerce as funções de secretariado.

A delegação brasileira foi chefiada pelo ministro da Controladoria-Geral da União

(CGU), Wagner Rosário, e composta por representantes da instituição e integrantes da Advocacia-Geral da União, do Ministério da Justiça e Segurança Pública, do Ministério das Relações Exteriores e do Tribunal de Contas da União. Pela CGU, participaram da missão internacional o secretário de Transparência e Prevenção da Corrupção, Roberto Viegas, o diretor de Transparência e Controle Social, Breno Cerqueira, o diretor de Responsabilização de Entes Privados, Marcelo Pontes Vianna, a chefe da Assessoria Especial para Assuntos Internacionais, Elizabeth Cosmo, e a Auditora Federal de Finanças e Controle Mônica Bulhões e Silva.



Registro de membros da Delegação brasileira na CoSP-Uncac

AGENDA DA CGU NA COSP-UNCAC

13/12

Plenária de Abertura

Na abertura da conferência, o ministro Wagner Rosário destacou as principais ações de combate à corrupção que o Brasil tem realizado para enfrentar os desafios impostos pela Covid-19, bem como para aumentar sua atuação anticorrupção. Dentre elas, mencionou as medidas de transparência; inspeção prévia; investigação de reclamações e situações detectadas.

Nesse contexto, deu como exemplo a divulgação dos beneficiários do auxílio emergencial, informou sobre a transparência dos recursos para a compra de vacinas, bens e serviços relacionados à pandemia, e a criação de um canal exclusivo para reclamações e manifestações relacionadas com a prestação de serviços ou ações de agentes públicos durante a emergência.

O ministro enfatizou a elaboração e desenvolvimento do Plano Anticorrupção 2020-2025, ressaltando [a conclusão de 60 das 153 ações previstas](#) para o período. Citou, ainda, a implantação do Sistema de Integridade Pública do Poder Executivo Federal, consolidando o

marco regulatório e as normas para a coordenação e monitoramento das ações de integridade no setor público, de acordo com a Resolução 8/3, aprovada pela Conferência em sua oitava sessão.

Por fim, o ministro afirmou que o Brasil continua apostando na articulação dos órgãos de defesa do Estado no combate à corrupção, fazendo referências às investigações conjuntas e aos 17 acordos de leniência já firmados com pessoas jurídicas envolvidas em atos de corrupção.



O ministro Wagner Rosário em seu discurso na abertura da CoSP



PAINEL: Combate à corrupção em sistemas prisionais

No painel, conduzido pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública, o ministro Wagner Rosário destacou que o [Sistema de Integridade Pública do Poder Executivo Federal](#), lançado em julho de 2021, poderá auxiliar no mapeamento de riscos específicos de integridade e no aprimoramento da governança do sistema prisional. Além dessa medida, de acordo com o ministro, os [Princípios de Alto Nível do G20 sobre corrupção relacionada ao crime organizado](#), publicados em 2021, poderão auxiliar na elaboração de medidas eficientes para prevenir a corrupção no sistema prisional, uma vez que exploram as consequências

da infiltração do crime organizado nas instituições públicas e privadas.

O evento contou com autoridades brasileiras, do Paraguai, do Unodc e do Programa de Assistência contra o Crime Organizado Transnacional Europa-América Latina (EL PAcCTO), que compartilharam suas experiências e desafios enfrentados com a corrupção no âmbito prisional. Para eles, há a necessidade de desenvolver uma cultura organizacional e procedimentos operacionais específicos para o combate a esse tipo de atividade ilícita.

PAINEL: Fortalecimento da Ação Global no âmbito da integridade no setor privado

No evento organizado pelo Unodc em parceria com a Siemens, o ministro Wagner Rosário apresentou um conjunto de ações adotadas pelo governo federal voltadas à integridade nas empresas públicas e privadas. Mencionou a legislação nacional, como a Lei Anticorrupção – Lei 12.846/2013

e a Lei de Estatais – Lei 13.303/2016, e citou exemplos de iniciativas de prevenção à corrupção, como o Pró-Ética, que fomenta a adoção voluntária de medidas de integridade pelas empresas. Na ocasião, também falou sobre de lições aprendidas a partir da operação Lava Jato.



O ministro Wagner Rosário e painelistas em apresentação sobre integridade privada

Reunião de Alto Nível da Rede Anticorrupção e de Integridade Árabe

Dentro da programação da CoSP, a [Rede Anticorrupção e de Integridade Árabe](#) (ACINET) se reuniu e convidou a Controladoria-Geral da União (CGU) para participar do encontro. Representando a CGU, o diretor de

Responsabilização de Entes Privados, Marcelo Pontes Vianna, agradeceu o convite e discorreu sobre as ações da Controladoria no âmbito da integridade, destacando a importância de trocas de experiências entre os países.

A ACINET é uma rede que reúne um total de 48 agências governamentais de 18 países árabes, visando a troca de informações e experiências, com vistas ao aprimoramento das práticas de combate à corrupção e melhoria de integridade de tais países. Desde 2013, o Brasil, por meio da CGU, é membro observador da ACINET. Nessa condição, a CGU

tem por atribuição acompanhar os trabalhos desenvolvidos, propondo melhorias e participando de suas ações. O painel da ACINET realizado na CoSP reforçou o papel do Brasil como membro observador e serviu de ponto de contato para a realização de eventos em conjunto entre o Brasil e aquela organização.

Em decorrência da participação brasileira, foi realizada reunião bilateral entre a ACINET e a CGU em 16 de dezembro. Na ocasião, o ministro Wagner Rosário e o juiz Alaa Al-Saadi, presidente da

Comissão Federal de Integridade do Iraque e presidente da ACINET, exploraram possibilidades de cooperação entre os pares, que incluiria visitas de *benchmarking* aos países envolvidos.



Representantes da CGU e da ACINET se encontram em reunião bilateral

PAINEL: Dados abertos e transparência para a melhoria da integridade do setor público



O diretor Breno Cerqueira e demais painelistas em apresentação sobre transparência

O painel, focado na transparência dos recursos públicos destinados à saúde, foi co-organizado pelo Brasil, por meio da CGU, juntamente com o governo da Eslovênia.

Na abertura do encontro, o ministro da CGU apresentou breve histórico do Portal da Transparência do Governo Federal e os números relacionados à transparência dos gastos públicos com a pandemia, tais como o montante de valores em transparência ativa, o número anual de usuários do portal e o número de visualização de páginas com informações sobre o auxílio emergencial. Ao final, destacou os principais desafios enfrentados pelo Portal e os possíveis caminhos para superação.

O diretor de Transparência e Controle Social da CGU, Breno Cerqueira, na qualidade de painalista, apresentou o Portal da Transparência brasileiro e as ações adotadas em favor da transparência dos dados relativos aos recursos públicos aplicados para o enfrentamento da Covid-19 no Brasil. Ao final do encontro, o secretário de Transparência e Prevenção da Corrupção, Roberto Viegas, agradeceu a organização do painel, enfatizou a importância da transparência em momentos de crise e destacou os papéis exercidos pela Secretaria.

A [gravação do painel](#) foi disponibilizada pela organização e pode ser acessada no *YouTube*.

PLENÁRIA: reunião do Grupo de Prevenção da Corrupção

O ministro Wagner Rosário proferiu a fala do Brasil ante o Grupo de Prevenção da Corrupção, que se reuniu na CoSP em 16 de dezembro de 2021. Sua intervenção abordou as ações

de integridade no setor público e privado, além das realizações no âmbito da transparência e o aumento da participação social, como imprescindíveis à prevenção da corrupção.

PAINEL: Desafios e oportunidades sobre a implementação do artigo 40º da declaração política de UNGASS: a experiência dos países de língua portuguesa

Sob a coordenação da Advocacia-Geral da União, em conjunto com equipes de Angola e de Portugal, o evento teve como objetivo abordar a experiência da cooperação não-criminal pelos países de língua portuguesa. Na abertura,

o ministro da CGU pontuou que a cooperação para fins não criminais é tema prioritário na agenda internacional brasileira, acrescentado que as esferas criminal, civil e administrativa são independentes entre si.



“O país vem tentando mobilizar a comunidade internacional para a relevância do uso de ferramentas civis e administrativas no combate à corrupção e a importância de se prover cooperação nos processos dessa natureza”.
Wagner Rosário

Reunião bilateral com o Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime



Registro da reunião entre a CGU e o Unodc

Na reunião bilateral com Ghada Waly, diretora-executiva do Unodc, foram tratadas possibilidades futuras de parceria entre o Brasil e a organização. A diretora destacou uma iniciativa realizada com jovens a partir de um *hackaton*, seguida do ministro Wagner Rosário, que explicou o funcionamento do projeto Um Por Todos e Todos por Um. O ministro também informou sobre as conversas planejadas com o escritório brasileiro do Unodc para 2022.

Na oportunidade, o diretor do Departamento de Assuntos Internacionais da Advocacia-Geral da União, Homero Andretta Junior, informou sobre a preocupação das autoridades brasileiras com a implementação do artigo 53 da Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção, que trata da recuperação direta de ativos, e pediu apoio junto ao secretariado para verificar maneiras de impulsionar o tema.

Painel: Comprometimento para o fortalecimento da cooperação internacional de combate à corrupção



Apresentação do diretor Marcelo Pontes no painel sobre cooperação

Sob a organização da China, o painel congregou representantes da Arábia Saudita, Nigéria, Paquistão, Rússia, Tailândia e Brasil, que foi representado pelo diretor de Responsabilização de Entes Privados da CGU, Marcelo Pontes Vianna.

O diretor reafirmou o compromisso do Brasil em adotar as melhores práticas de combate à corrupção, especificamente na cooperação com outros países, e assegurou que o país responsabilizará todos os agentes públicos e privados que praticarem atos ilícitos. Também relatou as recentes iniciativas empreendidas pelo Brasil em fazer parte de redes internacionais de colaboração com autoridades estrangeiras, tais como a *Global Law Enforcement Network*, Rede de Agentes de Combate ao Suborno Transnacional da América Latina e Caribe e *Global Network of Law Enforcement Practitioners against Transnational Bribery* (GlobE).

17/12

PLENÁRIA: reunião do Grupo de Cooperação Internacional

No último dia da CoSP, a chefe da Assessoria Especial para Assuntos Internacionais da CGU, Elizabeth Cosmo,

realizou a intervenção brasileira no Grupo de Cooperação Internacional. Ela ressaltou tanto a importância

dos trabalhos cooperativos para os processos administrativos, como também a essencial cooperação direta entre autoridades por meio de redes,

com destaque para a necessidade de incremento da eficiência na troca de informações com tramitação digital de pedidos de cooperação.



A chefe da Assessoria Internacional, Elizabeth Cosmo, em sua fala sobre cooperação internacional

Reunião bilateral com a Itália

Outro destaque no último dia da CoSP foi a reunião bilateral em que representantes do Brasil, chefiados pelo ministro da CGU, reuniram-se com delegados italianos, tendo a presença de Giovani Tartaglia e Lorenzo Salazar, autoridades atuantes no âmbito do Grupo de Trabalho sobre Suborno, da Organização para Cooperação e Desenvolvimento

Econômico (WGB/OCDE).

Os participantes trataram da possibilidade de assistência técnica no âmbito de projetos conduzidos pela União Europeia na área anticorrupção. Igualmente, foi abordada a situação do Brasil no WGB, com importantes trocas sobre a avaliação do Brasil pelo grupo.

DIA INTERNACIONAL CONTRA A CORRUPÇÃO Especialistas discutem o futuro anticorrupção

Em 9 de dezembro, a Controladoria-Geral da União participou do evento “O futuro anticorrupção: tecnologia e parcerias na inovação da integridade”, a convite do Instituto Superior de Auditoria dos Emirados Árabes Unidos. O evento ocorreu em Dubai e foi organizado pelo Escritório das Nações Unidas sobre

Drogas e Crime (Unodc), em parceria com a Organização Internacional de Entidades Fiscalizadoras Superiores. A delegação brasileira contou com os coordenadores Sergio Tadeu Neiva Carvalho e Gutemberg Assunção Vieira, e representantes do Tribunal de Contas da União.



Delegação brasileira no evento

TECNOLOGIA

Na abertura do evento, a diretora da Unodc, Ghada Waly, mencionou o acordo recente entre o escritório e os Emirados Árabes para aprimoramento

da integridade. Também citou exemplos de inovação no combate à corrupção, com uso de inteligência artificial: a declaração de imposto de renda de

agentes públicos do Chile, a fiscalização de contratos públicos na África do Sul e as transferências de fundos públicos no Brasil, considerado um dos países avançados na aplicação de tecnologia nos processos de auditoria.

No painel ministerial “O futuro da anticorrupção: inovação e parceria”, Julián Mauricio Ruiz, vice controlador-geral da Colômbia, citou a criação de uma Diretoria de Informações de Análise Imediata que utiliza *big data* e outras tecnologias para a geração de alertas de risco e tendências sobre corrupção e mal uso de recursos públicos. Segundo ele, os alertas emitidos já somam US\$ 13 bilhões. Como desafios, citou a necessidade de acesso a todos os dados governamentais; a falta de integração entre sistemas; a baixa qualidade dos dados; a falta de conectividade em regiões mais afastadas; e a necessidade de capacitação dos gestores sobre a importância da utilização dos dados para o combate à corrupção.

O auditor geral da Estônia, Janar Holm, explicou que há 25 anos todos os órgãos públicos foram obrigados a

digitalizarem seus serviços. Destacou a importância da digitalização no combate à corrupção, uma vez que há diminuição nos intermediários nas transações entre governo e cidadão. Pontuou, ainda, que a troca de dados entre instituições públicas, empresas e particulares é constante e foi fundamental para que os serviços públicos continuassem funcionando durante a pandemia da Covid-19. O país se encontra avançado nessa temática. No momento, estão em desenvolvimento os serviços públicos proativos, que agem de forma invisível e automática, a partir de um requisito, sem a necessidade de solicitação do beneficiário ou início pelo agente público.

Giuseppe Busia, presidente da Autoridade Nacional Anticorrupção da Itália, abordou a criação da Agência Nacional Anticorrupção, em 2020. Trata-se de uma agência com independência administrativa, cujas decisões cabem a um conselho com mandato de 6 anos, e que, anualmente, submete relatório de atividade ao Parlamento e ao Governo. O órgão atua em três áreas: transparência, anticorrupção e compras públicas.

CORRUPÇÃO NO ESPORTE

Membro do Conselho da Câmara de Contas da Rússia, Svetlana Orlova, enfatizou o combate à corrupção no esporte da Rússia, notadamente em relação aos casos de *dopping* envolvendo atletas russos. Destacou o comprometimento do país no combate à corrupção neste setor, que conta com um plano de ação do governo e leis que criminalizam

atos de suborno relacionados.

Na ocasião, também ocorreu o lançamento do [Relatório Global sobre Corrupção no Esporte](#). O documento apresenta conteúdo amplo e inédito, abordando desde apostas ilegais até corrupção em grandes associações.

A utilização de tecnologia no combate à

corrupção foi tema da apresentação do auditor Abdulla AlShehhi, da Instituição de Auditoria Suprema dos Emirados Árabes. De acordo com o auditor, o governo tem empregado esforços na automação de processos e estabelecimento de controles em sistemas, assim como no

fornecimento de serviços digitais. No âmbito dos trabalhos de auditoria, estão os canais de denúncia, o acesso e as auditorias em sistemas de informação e uma plataforma de aprendizagem de máquina, que exibe resultados em formato analítico e em painéis.

PARCERIAS E SINERGIAS PARA APRIMORAR O COMBATE À CORRUPÇÃO

Maria Isabel Vásquez, da Instituição de Auditoria Suprema do Equador compartilhou iniciativas desenvolvidas naquele país, como o Plano de Ação de Integridade 2019-2023. Comentou que o Equador não tem lei específica sobre conflito de interesses, pois o tema está previsto de forma esparsa. Informou que está em desenvolvimento um simulador de conflito de interesses de caráter educativo, voltado a cidadãos, servidores públicos e seus familiares.

Em termos regionais, o Equador lidera um grupo de trabalho de combate à corrupção transnacional, da Organização Latino-americana e do Caribe de Entidades Fiscalizadoras Superiores, criado em 2019. Neste contexto, foram emitidos 3 documentos: o [Manual de Boas Práticas no Combate à Corrupção](#) e dois estudos sobre a prevenção

ao tráfico de animais selvagens. Há, ainda, um projeto de troca de informações para prevenir e detectar corrupção. No estágio atual, a organização entende viável o compartilhamento e a análise de dados de relatórios de auditoria que são públicos. Os passos seguintes incluem: acordos multilaterais e bilaterais, definição ou uso de plataforma existente de interoperabilidade e estratégia de dados abertos.

A juíza e vice-presidente do Departamento de Relações Internacionais da Corte de Contas da Itália, Erika Guerri, apresentou a iniciativa de justiça preditiva, intitulada "Sistema de gerenciamento de base de dados de documentos legais", em desenvolvimento pela *Universidade Scuola Superiore di Sant'Anna di Pisa*. Trata-se de um projeto com objetivo de longo prazo para análise textual de casos legais.

DEMOCRACIA, COMBATE À CORRUPÇÃO E DIREITOS HUMANOS

Chefes de Estado e de Governo se reúnem na Cúpula pela Democracia

Nos dias 9 e 10 de dezembro, os Estados Unidos realizaram a Cúpula pela Democracia, em formato virtual. O principal objetivo do evento foi impulsionar compromissos e iniciativas nas áreas de fortalecimento da democracia, combate à corrupção e promoção dos direitos humanos, a partir de debates sobre os desafios enfrentados pelas democracias nos

planos interno e internacional.

O evento contou com a participação de representantes governamentais, da academia e da sociedade civil. A abertura foi realizada com a participação de chefes de Estado e de Governo do hemisfério, cujas [intervenções oficiais](#) podem ser acessadas na íntegra.



Chefes de Estado e de Governo reunidos em videoconferência

Em sua fala inicial, o Presidente dos Estados Unidos, Joe Biden, destacou que, segundo dados da *Freedom House*, o mundo está pelo 15º ano consecutivo vivenciando redução nas liberdades. Segundo Biden, a democracia pode ser frágil, mas também é um valor inerentemente resiliente, não

sendo perfeita em nenhum local do globo. Ainda de acordo com o presidente americano, são necessários compromissos concretos por parte dos países do continente, de modo a aprimorar as democracias a partir de valores que os unem – como a defesa das liberdades e do Estado de Direito.



O presidente dos Estados Unidos em seu discurso

Como parte dos resultados da Cúpula, cada Estado apresentou compromissos voluntários nos eixos propostos. O Brasil baseou sua proposta para o eixo sobre corrupção no [Plano Anticorrupção](#), adotado pelo governo federal para o período de 2020-2025.

Destaca-se que, em junho deste ano, está prevista para ocorrer, em Los Angeles, a IX Cúpula das Américas, sob presidência dos Estados Unidos. Para a

ocasião, está sendo debatido documento com proposta de compromisso político sobre governança democrática, o qual igualmente contará com capítulo dedicado ao combate à corrupção. A CGU está participando ativamente do processo de formulação do documento, que está em fase inicial de negociação.

[Confira a gravação da Cúpula pela Democracia.](#)

GOVERNO ABERTO

7ª Conferência Global da Parceria para Governo Aberto

Entre os dias 15 e 17 de dezembro de 2021, a Controladoria-Geral da União (CGU), representando o Brasil, participou da 7ª Conferência Global de Parceria para Governo Aberto (*Global Summit*), sediada na Coreia do Sul.

O encontro virtual foi uma oportunidade para representantes do governo e da sociedade civil de diversos países compartilharem experiências e boas práticas de governo aberto, em temas prioritários como fortalecimento do espaço cívico e da participação pública, combate à corrupção e promoção da

inovação digital inclusiva.

Na ocasião, também foram anunciados os compromissos vencedores do “*Open Government Awards 2021*”. O compromisso brasileiro “Recursos Educacionais Digitais”, implementado no 3º Plano de Ação Nacional do Brasil, ficou em 2º lugar na categoria destinada aos países do continente americano. O intuito do prêmio foi o de reconhecer o trabalho e o comprometimento de atores de diferentes países e regiões nos últimos anos como uma forma de comemorar o 10º aniversário da Parceria de Governo Aberto.

FOROS E REUNIÕES INTERNACIONAIS

OCDE

AMÉRICA LATINA E CARIBE

CGU discute cooperação em situações de crise

No dia 1º de dezembro de 2021, foi realizado o evento virtual “A luta contra a corrupção em situações de crise: cooperação interinstitucional na América Latina e no Caribe”, promovido pela Rede de Agentes de Combate ao Suborno Transnacional da América Latina e Caribe (LAC LEN).

O webinar teve por objetivo examinar a cooperação entre autoridades policiais, responsáveis por compras e fiscais, órgãos de auditoria nacionais e unidades de controle interno na luta contra a corrupção, durante a pandemia da Covid-19 e outras crises.

Os palestrantes apresentaram estudos de caso relacionados à cooperação entre agências nacionais ou internacionais para fortalecer a capacidade dos

funcionários para detectar, investigar e processar casos de corrupção em situações de crise. Diversos servidores da Controladoria-Geral da União participaram do evento, e o diretor de Acordos de Leniência, Renato Machado, apresentou a experiência brasileira.

A LAC LEN é uma rede de oficiais de governo, especializados no combate à corrupção doméstica e internacional, voltada ao fomento e à troca de experiências e ao intercâmbio de informações necessárias para o aumento da efetividade das investigações de casos complexos, que está inserida no Programa para América Latina e Caribe, conduzido pela Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico, com o objetivo de expandir suas iniciativas na região.

MONITORAMENTO

WGB lança a Recomendação de 2021, discute parcerias globais e acompanha o Brasil

O Grupo de Trabalho sobre Suborno Transnacional (*Working Group on Bribery - WGB*) realizou, em formato virtual, a sua quarta e última reunião plenária em 2021, durante os dias 6 a 10 de dezembro. A agenda de trabalho incluiu, além das atividades rotineiras de monitoramento e avaliação dos países membros da Convenção da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico - OCDE, a discussão de assuntos de funcionamento interno do grupo. Houve a reformulação e designação de membros do Grupo de Gerenciamento, que apoia os trabalhos do WGB; a seleção do novo *chair e vice-chair*; a discussão inicial do Programa de Trabalho para 2023-2024; entre outros.

No dia 9 de dezembro, durante cerimônia alusiva ao Dia Internacional contra a Corrupção, o WGB promoveu o lançamento oficial da [Recomendação de 2021](#). Com essa nova recomendação, os países membros concordam em implementar novas medidas para aprimorar e reforçar seus esforços para prevenir, detectar e investigar efetivamente o suborno estrangeiro. A próxima avaliação do Brasil, no âmbito do WGB, prevista para meados de 2022, já adotará como referência os novos padrões estabelecidos pela recomendação revisada.

Na mesma ocasião, como parte de Estratégia Global de Relações 2021-2022, ocorreu uma sessão piloto do "Diálogo Global 2021". A iniciativa tem o intuito de fomentar o engajamento com países não-membros e construir parcerias globais contra o suborno. O diretor de Responsabilização de Entes Privados da CGU, Marcelo Pontes Vianna, participou

de painel sobre a "cooperação entre países membros e não-membros do WGB". O diretor destacou o importante papel desempenhado pela Rede de Agentes de Combate ao Suborno Transnacional da América Latina e Caribe (LAC LEN), a qual é copresidida por Brasil e Argentina, em promover a cooperação interinstitucional entre aplicadores da lei na região, especialmente em tempos de crise.

Por fim, cabe destacar a realização da terceira reunião do subgrupo de monitoramento do Brasil, ocorrida no dia 10 de dezembro, às margens da reunião plenária do WGB. O subgrupo, que acompanha questões identificadas pela Missão de Alto Nível da OCDE de 2019 e demais itens que possam impactar a implementação da Convenção da OCDE pelo país, havia solicitado atualizações sobre os desdobramentos de cinco itens ainda sob monitoramento.

A delegação brasileira reportou os desenvolvimentos ocorridos desde a última reunião, em outubro. Os membros do subgrupo decidiram por continuar a monitorar todas as cinco questões identificadas. O Brasil irá reportar novamente ao subgrupo durante a plenária de março de 2022.

No WGB, a delegação brasileira é chefiada pela Assessora Especial para Assuntos Internacionais da CGU, Elizabeth Cosmo, e composta por representantes das diretorias de Responsabilização de Entes Privados e de Acordos de Leniência da CGU, da Advocacia-Geral da União, do Ministério Público Federal e do Ministério das Relações Exteriores.

COOPERAÇÃO

COOPERAÇÃO TRILATERAL

Avança o projeto de fortalecimento da integridade no Paraguai

O projeto "Fortalecendo a integridade para superar tempos de crise", dedicado à disseminação da cultura de ética e de integridade no Paraguai, por meio de cooperação trilateral entre aquele país, o Brasil e a Alemanha, avançou mais uma etapa.

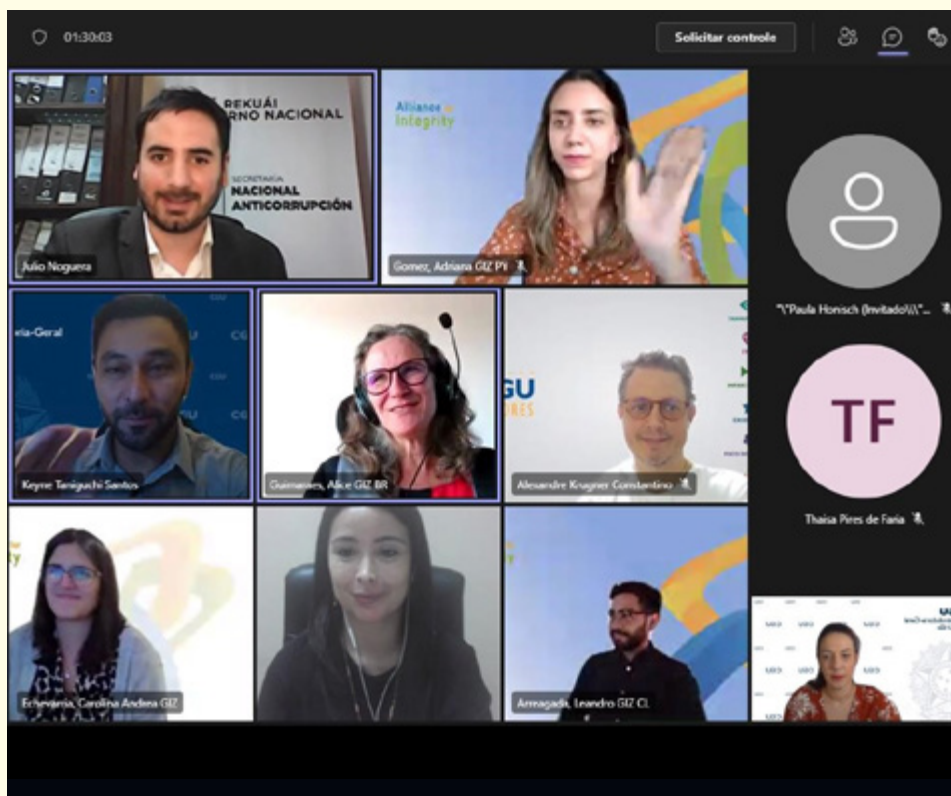
Em evento realizado por videoconferência, em 14 de janeiro de 2022, houve a apresentação da proposta de regulamento do "Selo de Integridade do Paraguai" e de dois modelos de formulários de inscrição a serem utilizados no selo, sendo um para micro, pequenas e médias empresas, e um específico para grandes empresas.

Durante o encontro, foram feitas contribuições e ajustes no regulamento e uma breve análise dos formulários. Houve, ainda, a discussão de um cronograma para as próximas etapas do projeto. Em fevereiro de 2022, a equipe da Coordenação-Geral de Integridade Privada da Secretaria de Transparência e Prevenção da Corrupção deve se reunir com as equipes do Secretaria Nacional Anticorrupção e do Ministério da Indústria e Comércio do Paraguai para troca de experiências, em especial sobre o contexto paraguaio quanto à implementação de integridade pública e privada.

O lançamento do "Selo de Integridade do Paraguai" está

previsto para a segunda semana de março de 2022. Nessa oportunidade, a equipe da CGU irá ministrar curso aos avaliadores do selo, de forma presencial, em Assunção, no Paraguai. Alternativamente, o curso ocorrerá em formato virtual, a depender das condições sanitárias.

A participação do Brasil no projeto envolve representantes da Secretaria de Transparência e Prevenção da Corrupção, da Assessoria Especial para Assuntos Internacionais da CGU e da Agência Brasileira de Cooperação do Ministério das Relações Exteriores. Por parte da Alemanha, participam representantes da *Alliance for Integrity*.



Registro da reunião ocorrida em 14 de janeiro

COMBATE À CORRUPÇÃO

CGU e Banco Mundial fecham parceria

Em janeiro de 2022, a Controladoria-Geral da União (CGU) assinou Memorando de Entendimento (MoU) com a Vice-Presidência de Integridade (INT) do Grupo Banco Mundial, com o objetivo de cooperarem no âmbito das suas atribuições e se consultarem regularmente sobre questões de interesse mútuo.

O MoU prevê que as partes buscarão fornecer uma à outra espontaneamente, ou mediante solicitação, informações relevantes à detecção, comprovação e prevenção de fraude e corrupção relacionadas a condutas que possam configurar crimes graves no âmbito da legislação nacional ou delito passível de sanção, segundo as regras e políticas do Grupo Banco Mundial. Além disso, ainda com essa finalidade, as partes buscarão realizar atividades conjuntas.

O memorando de entendimento também

incentiva o engajamento mútuo em atividades que possam ser de interesse comum na execução das atribuições da CGU e do Banco Mundial.

A parceria vinha sendo negociada desde visita que o ministro Wagner Rosário fez à Vice-Presidência de Integridade do Grupo Banco Mundial em 2019 e se configura em oportunidade para fornecer um mecanismo para o encaminhamento recíproco de consultas e recomendações relativas a investigações e ações que se enquadrem nas atribuições e jurisdições das duas instituições.

A partir do memorando de entendimento, CGU e INT se comprometeram a se reunirem periodicamente para identificar, para fins de cooperação, possíveis áreas prioritárias que apresentem objetivos estratégicos ou operacionais em comum. O documento foi assinado em 18 de janeiro de 2022 e permanecerá vigente por 5 anos.

REGULAÇÃO

QualiREG inicia etapa de elaboração de planos de ação para agências reguladoras



O Programa de Aprimoramento da Qualidade da Regulação Brasileira, QualiREG, objeto do Acordo de Cooperação Técnica Internacional BRA/20/019, celebrado entre a Controladoria-Geral da União (CGU) e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud) deu início, em 3 de janeiro de 2022, à etapa de fortalecimento das capacidades institucionais das agências reguladoras brasileiras.

Contratados após processo seletivo iniciado em 2021, os consultores Renato Fernandes de Castro e Maria João Carreiro Pereira Rolim estão trabalhando no desenvolvimento de planos de ação para o aprimoramento de processos em oito agências reguladoras, selecionadas a partir de critérios técnicos. A seleção das agências teve como referência o

[resultado da avaliação realizada em 2019 e 2020](#), por meio do Índice de Capacidade Institucional para a Regulação, (I-CIR), ferramenta de avaliação da maturidade regulatória desenvolvida a partir de parceria entre a CGU e o Escritório das Nações Unidas de Serviços para Projetos (Unops).

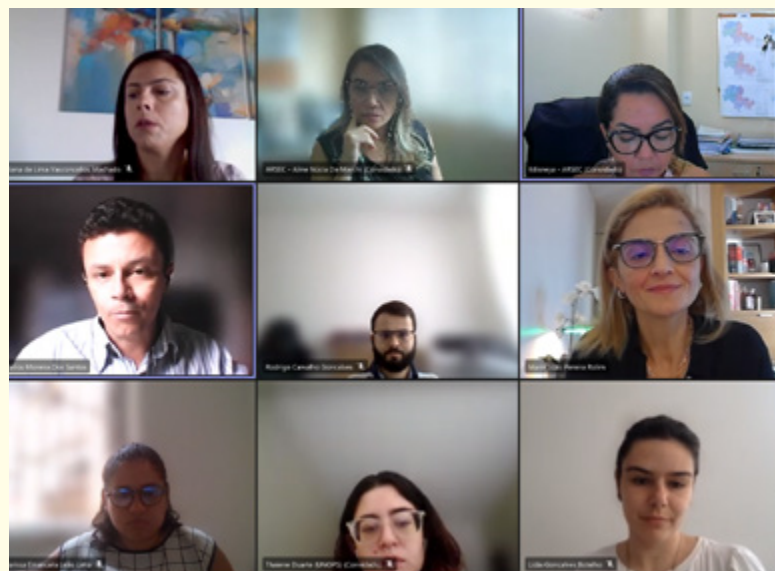
As agências beneficiadas com as consultorias são:

- Agência Estadual de Regulação de Serviços Públicos de Mato Grosso do Sul
- Agência Estadual de Regulação dos Serviços Públicos Delegados de Mato Grosso
- Agência Estadual de Regulação dos Serviços Públicos Delegados do Rio Grande do Sul
- Agência Goiana de Regulação, Controle e Fiscalização de Serviços Públicos
- Agência Municipal de Regulação de Serviços Públicos Delegados de Cuiabá
- Agência Reguladora de Saneamento Básico do Estado da Bahia
- Agência Reguladora de Serviços Públicos do Estado de Alagoas
- Agência Reguladora do Estado do Ceará

O QualiREG é uma iniciativa da CGU, em parceria com o Pnud e Unops, com alcance nacional, beneficiando agências reguladoras federais, estaduais e municipais, nas cinco regiões geográficas do Brasil.

Para o primeiro semestre de 2022, estão previstas ações de capacitação para dirigentes e colaboradores das agências reguladoras, novas consultorias e um diagnóstico contendo a avaliação de mais 19 agências com o I-CIR.

Mais informações podem ser obtidas junto à Coordenação de Auditoria de Regulação: sfc.creg@cgu.gov.br e Diretoria de Auditoria de Políticas de Infraestrutura: sfc.di@cgu.gov.br.



Apresentação da consultora Maria João Rolim, em reunião com representantes da CGU, Pnud, Unops e de agências reguladoras, no dia 22 de janeiro de 2022.

ICIC 2021

Conferência Internacional de Comissários de Acesso à Informação



Marcos Lindenmayer, chefe de gabinete da Ouvidoria-Geral da União, e participantes durante a abertura da última sessão das Quartas de ICIC

A Ouvidoria-Geral da União concluiu, no mês de dezembro de 2021, a Conferência Internacional de Comissários de Acesso à Informação (ICIC 2021). A série de eventos, em formato totalmente virtual, incluiu webinários, *workshops*, uma sessão fechada, uma reunião paralela da sociedade civil, além da chamada de artigos para edição especial dos Cadernos Técnicos da CGU.

No dia 8 de dezembro, foi realizada a última edição das Quartas de ICIC, com o tema "Informações Ambientais e Princípio 10 da Declaração do Rio", com [transmissão pelo YouTube](#).

Já no dia 10 de dezembro, ocorreu o *workshop* "Transparência, gênero e grupos em situação de vulnerabilidade". A atividade, coordenada pela Unesco, teve por objetivo a partilha de experiências de uma série de grupos vulneráveis, como mulheres indígenas no México, comunidades quilombolas no Brasil, grupos LGBTQIA+ e pessoas com deficiência na África do Sul, trabalhadores migrantes na Indonésia e mulheres rurais na Tunísia, sobre suas necessidades de informação e suas experiências de acesso e uso de informações públicas.

RETROSPECTIVA 2021

COMPROMISSOS, RESULTADOS E AVALIAÇÕES



- Divulgação dos valores do Serviço Público Federal
- Adesão do Brasil à [Recomendação do Conselho de Diretrizes sobre Governança Corporativa de Empresas Estatais - OCDE](#)
- [Relatório de avaliação do Peru no WGB/OCDE - Avaliadores: Brasil e Israel](#)
- [Revisão da Recomendação de 2009 - WGB/OCDE](#)
- [Resultados da Avaliação sobre Governança nas Estatais no Brasil](#)
- Divulgação dos resultados iniciais da [Avaliação sobre Governo Aberto no Brasil](#)



- Conselho Diretivo da Rede de Transparência e Acesso à Informação - RTA
- *CGU assumiu o cargo para a gestão 2021-2024*



- Lançamento e início dos trabalhos da [Rede GlobE](#)
- [Rede Operacional Global de Autoridades de Execução da Lei Anticorrupção](#)
- + *de 50 membros, incluindo a CGU e o Ministério da Justiça e Segurança Pública*



- Ungass 2021
- [Declaração Política](#) aprovada na Sessão Especial da Assembleia Geral das Nações Unidas sobre Corrupção



- [Princípios de Alto Nível para Prevenção e Combate da Corrupção em Emergências](#)
- [Princípios de Alto Nível sobre Corrupção no Esporte](#)
- [Princípios de Alto Nível do G20 sobre corrupção relacionada ao crime organizado](#)
- [Plano de Ação 2022-2024 do Grupo Anticorrupção do G20](#)
- [Relatório de Progresso na Implementação dos compromissos sobre Suborno Transnacional](#)



- Mecanismo de Acompanhamento da Implementação da Convenção Interamericana contra a Corrupção
- [Relatórios da 6ª rodada de avaliação da Costa Rica e do México](#)



- [Resultados da Pesquisa sobre Ética e Corrupção no Serviço Público](#)
- Realização do Banco Mundial, em parceria com a CGU, Ministério da Economia e a Escola Nacional de Administração Pública
- *Fruto do Memorando de Entendimento de 29 de abril de 2021*



- Lançamento do [Painel de Recomendações de Foros Internacionais](#)
- *Desenvolvido pela CGU, permite a consulta às recomendações da OEA, OCDE e ONU*



- Um ano do acordo de cooperação para Ampliação da Capacidade Institucional para a Regulação no Brasil
- *Parceria entre a CGU e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento deu origem ao Programa de Aprimoramento da Qualidade da Regulação Brasileira*

PRINCIPAIS EVENTOS

- Conferência Internacional de Comissários de Acesso à Informação - ICIC 2021
- XVII Reunião Especializada de Organismos Governamentais de Controle Interno do Mercosul - REOGCI
- 9ª Sessão da Conferência dos Estados Partes da Uncac
- 1º Congresso Internacional de Controle Interno e Auditoria - Painel: "O papel dos órgãos centrais de controle interno na implementação da LGPD"
- 1º Workshop sobre o Direito de Acesso à Informação para os Grupos em Situação de Vulnerabilidade - RTA
- Seminario Anticorrupción - Associação Interamericana de Contabilidade
- Webinar sobre proteção de denunciante na América Latina e Caribe – LAC LEN
- Webinar: A luta contra a corrupção em situações de crise - Cooperação interinstitucional na América Latina e no Caribe – LAC LEN
- O fortalecimento da integridade corporativa por meio dos acordos de leniência - Evento paralelo UNGASS 2021
- Lançamento do Portal de Indicadores de Integridade Pública da OCDE



PUBLICAÇÕES E RECURSOS DE INTERESSE

Governança Corporativa



Negócios e Finanças



Lobby



Integridade Pública



Indicadores de Integridade



Corrupção no Esporte

